



Participação social na educação superior: a curricularização da extensão como ferramenta de fortalecimento da democracia

Aline de Oliveira Viana¹

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Gil Célio de Castro Cardoso²

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Roselane Gomes Bezerra³

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Ruama Assunção Rocha⁴

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil



¹ **Aline de Oliveira Viana**, <https://orcid.org/0000-0003-1768-7761>:

Servidora da Universidade Federal do Ceará (UFC), em que coordena o setor de Ações Curriculares de Extensão, na Pró-reitoria de Extensão. Discente do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas na UFC. Possui especialização em Tecnologias Digitais para a Educação Básica (UECE). Contribuição de autoria: Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita, Investigação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7981465187100083>.

E-mail: alinedeoviana@ufc.br

² **Gil Célio de Castro Cardoso**, <https://orcid.org/0000-0002-0264-995X>:

Doutor em Ciências Sociais (Desenvolvimento Regional) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor associado da Universidade de Brasília, exercendo lotação provisória na Universidade Federal do Ceará.

Contribuição de autoria: Análise Formal, Conceituação, Escrita – Revisão e Edição.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5292335204488496>.

E-mail: gilceliodecastro@gmail.com

³ **Roselane Gomes Bezerra**, <https://orcid.org/0000-0003-3350-606X>:

Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e pós-doutorado em Sociologia Urbana pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora Adjunta do Departamento de Estudos Interdisciplinares da Universidade Federal do Ceará.

Contribuição de autoria: Análise Formal, Conceituação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1703773646220657>.

E-mail: roselane.bezerra@gmail.com

⁴ **Ruama Assunção Rocha**, <https://orcid.org/0009-0009-7891-966X>:

Graduada em Direito pela Faculdade Ari de Sá (FAS). Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Contribuição de autoria: Análise Formal, Conceituação, Metodologia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6044429387396593>.

E-mail: ruamarocha.ufc@gmail.com





EXTENSÃO VIVA!

REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UECE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
Ceará
UECE

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO
PRONEX

Resumo

Este trabalho objetiva exemplificar como a relação entre a Educação Superior e a Participação Social pode ser estabelecida a partir da curricularização da Extensão Universitária, apresentando-se o modelo de curricularização da Universidade Federal do Ceará, que promove ações de caráter formativo, com a participação de discentes no papel de Extensionistas. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. As categorias de análise incluem epistemologia da educação popular (Freire, 1975), participação social na dimensão utópico-ideacional (Moroni, 2012; Szwako, 2012) e participação democrática-popular (Szwako, 2012). Dentre os achados da pesquisa, percebeu-se que a extensão tem sido salutar para que o ensino superior contribua com o desenvolvimento regional e com a resolução de problemas locais, embora sem a implementação de contrapartidas de financiamento.

Palavras-chave

Ensino Superior. Participação Social. Extensão Universitária. Democracia.

Social participation in higher education: the University Extension curricularization as a tool to strengthen democracy

Abstract

This work aims to exemplify how the relationship between Higher Education and Social Participation can be established based on the curricularization of University Extension, presenting the curricularization model of the Federal University of Ceará, which promotes formative actions, with the participation of students in the role of Extensionists. Methodologically, bibliographical research was carried out with a qualitative approach. The categories of analysis include epistemology of popular education (Freire, 1975), social participation in the utopian-ideational dimension (Moroni, 2012; Szwako, 2012) and democratic-popular participation (Szwako, 2012). Among the research findings, it was noticed that the extension has been beneficial for higher education to contribute to regional development and the resolution of local problems, although without the implementation of counterpart financing.

Keywords

Higher Education, Social Participation, University Extension; Democracy.

1 Introdução

A participação popular pode ser analisada por diferentes lentes, seja no campo teórico, conceitual ou prático. Este artigo foca no contexto brasileiro, onde, conforme Martins e Boeing (2019), a participação sempre esteve presente, ainda que de forma restrita no período colonial.

2

Extensão Viva! - Revista de Extensão e Cultura da UECE

Fortaleza, v.2, n.2, e15732, 2025

ISSN: 3085-6388



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



Ao longo da história, essa participação assumiu variados graus de institucionalização, refletindo os anseios da população por transformações sociais e econômicas.

Para as autoras, a democracia se consolida quando a sociedade civil assume papel protagonista nas decisões, exercendo seus direitos e deveres (Martins; Boeing, 2019). Almeida (2013) complementa, destacando que, após 1988, o Brasil experimentou uma ampliação das práticas participativas, com maior interação entre Estado e sociedade na formulação de políticas públicas.

Esses espaços, embora diversos — conselhos, fóruns, conferências ou redes informais —, são fundamentais para o controle social (Martins; Boeing, 2019; Szwako, 2012; Oliveira, 2005). Contudo, podem ser instrumentalizados por grupos de poder, o que compromete sua função democrática (Szwako, 2012). Apesar dessas contradições, a participação social é vista como resposta à crise de representatividade, tornando-se essencial para aprofundar a democracia (Almeida, 2013).

Almeida (2013) também alerta que, enquanto no Brasil os estudos focam nos espaços formais de participação, a literatura internacional valoriza atores informais que atuam fora das estruturas institucionais. Mesmo assim, a diversificação desses espaços é vista como uma virada conceitual que rompe com práticas administrativas centralizadas.

Inspirado na categoria “dimensão utópico-ideacional” (Szwako, 2012), este artigo parte da compreensão de que a participação é uma aposta política ancorada em um ideal de transformação possível e desejável. Moroni (2012) reforça essa perspectiva, afirmando que a participação se concretiza em um processo permanente, imerso nas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais.

A efetividade dessa participação depende da mobilização social, que deve estar amparada por processos formativos, especialmente pela educação, entendida aqui como instrumento de emancipação. Nesse contexto, o Ensino Superior tem papel estratégico na promoção da democracia.

Imperatore, Pedde e Imperatore (2015) e Thiollent (2022) defendem a necessidade de ressignificar o Ensino Superior, aproximando-o dos territórios e da sociedade, por meio de uma educação emancipatória. Para os autores, isso se dá pela integração entre ensino, pesquisa,





EXTENSÃO VIVA!

REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UECE



extensão e gestão, mediada por currículos que coloquem a extensão como elemento estruturante.

Essa extensão não pode ser assistencialista nem submissa à lógica produtivista. Ao contrário, deve ser dialógica, crítica, científica e emancipatória (Imperatore; Pedde; Imperatore, 2015; Thiollent, 2022). As metodologias participativas, como a pesquisa-ação, alinhadas à educação popular freiriana, são fundamentais nesse processo (Thiollent, 2022; Thiollent; Santos; Imperatore, 2022).

A educação emancipatória rompe com a reprodução social, ampliando os referenciais do conhecimento para além da academia. A extensão, nesse modelo, contribui para superar obstáculos sociais, culturais e econômicos (Thiollent, 2022). Gadotti (2017) reforça que a educação popular fundamenta essa extensão, transformando os espaços educativos em territórios de politização e cidadania ativa.

Um marco relevante foi a publicação, em 2018, do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), que define diretrizes para a política de extensão na educação superior. Este documento institucionaliza a chamada curricularização da extensão, articulando ensino, pesquisa e extensão com as demandas sociais e políticas públicas, visando à formação cidadã.

Diante disso, este artigo objetiva analisar como a articulação entre Educação Superior e participação social se concretiza na curricularização da extensão universitária. Para isso, apresenta o modelo adotado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), no qual discentes atuam como Agentes Extensionistas em ações formativas junto às comunidades.

Por fim, comprehende-se a participação social como pilar da democracia, sendo a extensão universitária um meio privilegiado de diálogo entre universidade e sociedade (Freire, 1975). Este debate ancora-se na epistemologia da educação popular (Freire, 1975) e na concepção de participação democrática-popular (Szwako, 2012; Moroni, 2012), em que os sujeitos deixam de ser meros destinatários para se tornarem protagonistas na formulação e execução das políticas.

A pesquisa que sustenta este estudo é de caráter bibliográfico, com abordagem qualitativa, fundamentada em obras, artigos científicos, teses, dissertações e documentos institucionais (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).



O desenvolvimento do artigo se organiza em dois eixos: primeiro, discute-se o conceito de participação social na Política Nacional de Extensão; em seguida, apresentam-se experiências concretas, como as Ações Curriculares em Comunidades de Saberes (ACCS) da UFC, que exemplificam a prática extensionista na formação dos Agentes Extensionistas.

2 Extensão e Participação: A Universidade na Construção das Políticas Públicas

A participação popular no Brasil, embora prevista na Constituição de 1988, manifesta-se historicamente de maneira difusa e informal. Seu fortalecimento resulta de lutas contra profundas desigualdades sociais (Martins; Boeing, 2019). Segundo Maia (2013), essas lutas nem sempre surgem de crises econômicas, mas também de anseios por transformações políticas, sociais e culturais, mobilizando movimentos que pressionam governos por mudanças institucionais e democratização das políticas públicas.

Esses movimentos sociais desempenham papel central no controle social e na construção democrática, sendo resposta constante às exclusões produzidas pelo capitalismo (Martins; Boeing, 2019). Fukuyama (2018) reforça que a democracia exige vigilância permanente, mesmo em sociedades formalmente democráticas, a fim de impedir retrocessos autoritários.

O autor também destaca o papel da classe média nas democracias contemporâneas. Contudo, Martins e Boeing (2019) e Thiollent (2022) defendem que a democracia não pode se restringir à ascensão econômica, mas deve assegurar participação efetiva nas decisões, garantindo que os frutos da produção beneficiem toda a sociedade. Nesse sentido, Gadotti (2017), com base em Paulo Freire, defende a radicalização da democracia e a efetivação do poder popular.

Oliveira (2005) observa que, embora o capitalismo tenha universalizado o conceito de democracia, ela se distancia do ideal de governo de todos, ao concentrar poder e gerar assimetrias. Fukuyama (2018) ainda vê nos partidos políticos um instrumento legítimo de participação, mas Maia (2013) problematiza esse entendimento no contexto brasileiro, marcado pelo personalismo e pela crise de representação partidária.



Nessa crise, Oliveira (2005) aponta que os partidos deixam de expressar os interesses da maioria, gerando alternância de poder entre minorias. A superação dessa limitação passa pela atuação de organizações da sociedade civil, que buscam ressignificar a democracia e enfrentar o domínio empresarial. Maia (2013) reforça que a participação vai além do voto, sendo construída em múltiplos espaços e práticas.

Ramos, Villela e Maury (2021) defendem que a democracia exige a institucionalização de espaços de escuta e construção coletiva, baseados no princípio da “argumentação pública livre entre iguais” (p. 567). Assim, a participação plena torna-se condição essencial para a legitimidade democrática (Maia, 2013).

Essa perspectiva transforma a sociedade civil de instância consultiva para agente tematizador, capaz de pautar agendas (Ramos; Villela; Maury, 2021). E, nesse processo, as universidades assumem papel estratégico, ao dotar seus projetos pedagógicos de uma ética comprometida com a compreensão dos territórios, das demandas sociais e com a superação dos desafios estruturais.

Para tanto, Ramos, Villela e Maury (2021) defendem uma práxis que questione as estruturas sociopolíticas e econômicas. Maia (2013) complementa que todo ato coletivo, como a defesa de um território ou manifestação pública, já constitui exercício legítimo de participação política.

A extensão universitária, fundamentada na educação popular freiriana, torna-se, portanto, essencial para romper com uma lógica acadêmica isolada, abrindo-se ao diálogo e à construção conjunta de saberes. Sampaio (2005) destaca que participação significa decidir sobre as políticas públicas, o que exige formação, liberdade de expressão e segurança para a escuta ativa. Contudo, no Brasil, discordar ainda é visto como afronta, o que impõe a necessidade de rupturas e ousadia.

A extensão, nesse contexto, incorpora essa postura ética (Sampaio, 2005), ao propor uma universidade que dialogue com os saberes populares, que se comprometa com transformações sociais e que fortaleça a democracia a partir de sua função social.

Essa compreensão se traduz em ações concretas. Em 2023, o Ministério da Educação instituiu um Grupo de Trabalho Técnico para elaborar um Plano de Extensão em Participação Social, articulando-se com a Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da



EXTENSÃO VIVA!

REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UECE



República. O seminário realizado naquele ano reafirmou o papel da extensão como promotora de processos formativos e de fortalecimento da democracia, por meio da cooperação entre Estado, universidades e sociedade civil.

Essa concepção supera a visão tradicional da universidade como mera formadora de mão-de-obra ou prestadora de serviços, questionando a dicotomia entre um espaço elitizado e um instrumento assistencialista (Serva, 2020). Serva (2020) e Gadotti (2017) reforçam que, sendo pública e financiada pela sociedade, a universidade deve se orientar pelas demandas sociais e pela construção de conhecimento socialmente referenciado.

Nessa linha, Freire (1975) propôs substituir o termo "extensão" por "comunicação", pois o conceito tradicional carrega a ideia de transmissão unilateral, enquanto a comunicação pressupõe troca, diálogo e construção coletiva. Gadotti (2017) reitera que essa concepção sustenta uma teoria do conhecimento baseada na incompletude humana e no aprendizado constante.

A política de extensão, portanto, não se limita a iniciativas isoladas, mas está ancorada em marcos regulatórios como a Política Nacional de Extensão Universitária (PNExt), publicado em 2012 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX). A PNExt estabelece como objetivo central garantir a participação da universidade na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas (FORPROEX, 2012).

Para isso, defende metodologias que promovam a democratização do conhecimento e valorizem a participação de sujeitos não acadêmicos na produção e circulação de saberes. A interação dialógica, uma das diretrizes fundamentais, consolida-se como princípio ético que assegura a participação social nos processos extensionistas.

A PNExt propõe que a extensão dialogue diretamente com as políticas públicas, contribuindo para superar a fragmentação e a desarticulação de programas sociais (FORPROEX, 2012). Além disso, estabelece cinco diretrizes estruturantes: interação dialógica, interdisciplinaridade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação dos estudantes e impacto na transformação social.

Essas diretrizes foram incorporadas pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que regulamenta a inserção curricular da extensão no ensino superior, alinhada ao Plano Nacional de Educação 2014-2024. A resolução reafirma a importância da interação dialógica e do





compromisso social, orientando as atividades extensionistas para as oito áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho (BRASIL, 2018).

A inserção da extensão nos currículos não apenas atende às exigências legais, mas também provoca mudanças na cultura institucional das universidades, fortalecendo seu compromisso com a democracia e a justiça social (GADOTTI, 2017).

O debate sobre a extensão, portanto, revela seu papel central na afirmação do caráter público da universidade, especialmente em tempos de ataques aos direitos sociais e às instituições democráticas. Contudo, a implementação efetiva dessa política exige enfrentar desafios que vão além do mero cumprimento formal das normas.

Algumas instituições adotam respostas burocráticas, focadas em atender critérios de avaliação. Outras, entretanto, desenvolvem estratégias que articulam gestão e compromisso ético-político, fundamentadas na educação popular e nas diretrizes da PNExt.

Exemplo dessa estratégia são as Ações Curriculares em Comunidades de Saberes (ACCS), que promovem a atuação de estudantes como agentes extensionistas. Essas ações representam uma aposta na formação cidadã e no fortalecimento da democracia, ao conectar universidade, território e sociedade na construção conjunta de soluções para os desafios sociais.

3 Discentes extensionistas, agentes de emancipação

Bazzoli, Silva e Sousa (2020) vislumbram que a universidade pode liderar a criação de plataformas de conhecimento que promovam práticas democráticas que incentivem a participação da população na elaboração e execução de políticas públicas. A partir do ensino pela via da extensão, pode-se desenvolver conceitos e práticas democráticas com os discentes e com as demais comunidades de saberes com as quais se articulam, ao oferecer um ambiente de aprendizado teórico-prático que responda aos desafios da sociedade.

Essa abordagem demanda uma contínua atividade reflexiva no desenvolvimento de conhecimentos científicos, técnicos e populares, permitindo que professores e alunos criem espaços interdisciplinares para resolver problemas comunitários. Por meio dessa conduta, a extensão universitária pode fortalecer a gestão participativa e a inclusão, conduzindo os alunos



em uma formação como agentes de cidadania ativa em diversos territórios, de modo a transformar os desafios da curricularização em oportunidades para mudança e contribuir para um estado democrático de direito (Bazzoli; Silva; Sousa, 2020).

Imperatore, Pedde e Imperatore (2015) ressaltam que a interseção entre os objetivos e demandas das comunidades acadêmicas e demais comunidades de saberes, deve promover uma aprendizagem que valorize os saberes populares e culturas distintas, de modo a conciliar e despertar para dilemas sociais reais, ajudando aos estudantes em formação a superar as limitações dialógicas acerca das quais alerta Sampaio (2005).

É no contexto do desafio da práxis extensionistas que o processo de curricularização da UFC teve início antes mesmo da resolução do CNE, estabelecendo duas formas de alterar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação para alinhar-se ao PNE e a vindoura resolução. Uma das formas, seria como parte de carga horária em disciplinas ou proveniente da atividade discente realizada em ações de extensão, desde que houvesse protagonismo, ou seja, o discente não poderia ser parte de grupo destinatário, deveria ser parte da equipe executora e demonstrar atuação engajada e proativa na realização das atividades.

À luz desta normativa da UFC, mais de 60% dos cursos de graduação da UFC realizaram alterações nos currículos, optando pela carga horária oriunda de ações de extensão ou de forma combinada com extensão em disciplinas.

Decorridos seis anos da normativa, foi instituída na UFC uma terceira forma de realizar a creditação da carga horária discente como extensão, as Ações Curriculares em Comunidades de Saberes (ACCS). As ACCS foram institucionalizadas por meio do Edital 15/2023/PREX e normatizadas por meio da Resolução nº 09/CEPE, de 12 de abril de 2024, e se configuram como uma perspectiva metodológica que tem em seu escopo os conceitos apresentados sobre extensão e sua articulação a comunidades de saberes, de forma a ampliar as perspectivas dos alunos em seus percursos formativos, desde que tomadas em sua matriz educativa e de formação inicial discente, que possibilitará integração do ensino em outras salas, tempos e contextos que permitam aprendizado da profissão. Essa característica direciona as ACCS para a diretriz formativa da extensão. Dessa forma, mais que alteração de currículos, a integração da extensão com ensino passa a ser entendida como o ensino por meio da extensão, uma vez que as



EXTENSÃO VIVA!

REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UECE



metodologias de realização e avaliação da extensão passam a compor, necessariamente, a trajetória formativa discente.

Por meio desse modelo, os discentes podem experienciar, em sua formação, atividades que conduzem a uma perspectiva crítica, de aproximação das demandas sociais e que aproxima a vivência acadêmica de outras vivências, sendo um importante caminho de democratização na relação universidade e sociedade. Nos materiais e eventos conduzidos pela extensão da instituição, identifica-se que se pretende, por meio da criação e oferta de ACCS, dentre outras finalidades, situar os discentes em um papel ativo na interação do saber da universidade com outros saberes, através de atividades que integrem sua formação acadêmica e cidadã.

Para que essa iniciativa seja exitosa e possa contribuir com a efetiva participação social, deve-se incentivar processos educativos e culturais que favoreçam uma relação transformadora e inclusiva entre a universidade e outros setores da sociedade. É crucial conectar o conhecimento universitário com o saber das comunidades para dotar os participantes de mecanismos que favoreçam a transformação social. Além disso, busca-se melhorar a qualidade do ensino e expandir as atividades de extensão e inovação tecnológica, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento a partir das necessidades comunitárias e gerando novos conhecimentos nas áreas de Ciência, Educação, Cultura, Tecnologia e Artes.

Na execução das ACCS, os(as) orientadores(as) fazem a mediação do processo de ensino-aprendizagem dos Agentes UFC de Extensão, com apoio do Programa de Bolsas de Extensão em ACCS. O(A) Agente UFC de Extensão é um novo papel extensionista, destinado a discentes que atuam em ACCS ou em Projetos e Programas de Extensão. A diferença entre o/a agente e o/a extensionista voluntário das demais ações de extensão, consiste na natureza da ação em que participa, em sua forma de seleção e ingresso e no acompanhamento de suas atividades que precisam evidenciar nas metodologias de ensino-aprendizagem e de avaliação a contribuição da extensão no percurso formativo discente e funciona como uma estratégia semântica de refutar o assistencialismo que o voluntariado pode evocar, em prol de uma palavra que dote os discentes de postura ativa, protagonista.

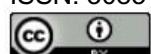
Bazolli (2017) considera a instrumentalização, ou seja, a formatação de modelos, processos, fluxos e saberes, um passo essencial para que a participação social seja fortalecida, sendo conduzida por meio da educação cidadã que estimule a criticidade dos participantes. Essa

10

Extensão Viva! - Revista de Extensão e Cultura da UECE

Fortaleza, v.2, n.2, e15732, 2025

ISSN: 3085-6388



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



EXTENSÃO VIVA!

REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UECE



metodologia favorecerá na compreensão dos problemas sociais e territoriais, cujas soluções são elaboradas de modo simétrico a partir dos saberes acadêmicos e comunitários.

No caso das ACCS da UFC⁵, em 2024, havia 24 ações, envolvendo 35 bolsistas. As propostas apresentadas foram formuladas para atender a demandas sociais e institucionais correlatas à questão urbana, agrária, proteção social e economia do mar. De acordo com a instituição, essas categorias são criadas na medida em que movimentos sociais, instituições e outros grupos e setores apresentam à universidade demandas sociais emergentes em seus contextos.

As ações apresentam grande diversidade de áreas no atendimento a essas demandas, tais como Psicologia, Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Educação Física, Medicina, Direito, Ciências do Mar, Pedagogia, Letras, Engenharia Agrícola, Políticas Públicas, Engenharias Civil, Elétrica e de Computação, Ciências Biológicas, Artes, Geografia, História e Zootecnia, chegando a 50 cursos de graduação em 2024 e já a 58 cursos em junho de 2025.

Em 2025, cresceu também a quantidade de agentes, que saltou de 4 para 18, o que indica seu potencial para contribuir com uma grande diversidade de questões sociais. Com relação a participação discente, no ano de 2024, foram ofertadas 340 vagas em ACCS para discentes, com adesão de 113 aos 18 Editais lançados pelas ações. Somado a quantidade de bolsas, 148 discentes participaram das ACCS no ano passado. Em 2025, ainda meados de junho, esse número saltou para 480 vagas, com preenchimento de 130 até o momento, atendendo a 26 Editais das ações. Considerando também os bolsistas, o número de discentes em ACCS chega a 186, superando a marca do ano anterior ainda no primeiro semestre.

O número é significativo, mas demonstra que é necessário ampliar a participação da comunidade acadêmica, composta por cerca de 28 mil alunos com matrícula ativa, em mais de 120 cursos de graduação. Uma das estratégias para isso tem sido a realização de formações e seminários para tratar da extensão universitária, de modo a discutir e transformar a cultura institucional que tende a deixar a extensão em posição assimétrica em relação à pesquisa e ao

⁵ As informações acerca das ACCS foram fornecidas pela Pró-reitoria de Extensão da UFC.





ensino, não compreendendo que a extensão pode contribuir com metodologias enriquecedoras para os demais eixos da universidade.

No que tange às comunidades de saberes e grupos destinatários, as ACCS apresentam relação diversificadas, tais como: alunos e professores da educação básica, principalmente das escolas públicas; discentes da universidade e de outras IES; pesquisadores, instituições governamentais; associações e lideranças comunitárias; gestores públicos; discentes de cursos de línguas; entidades profissionais e profissionais liberais; entidades profissionais como a de catadores; agricultores e suinocultores; empresas; ONGs; ativistas de direitos humanos; agentes de participação social; entidades da causa animal e pessoas afetadas pela situação de abandono de animais domésticos; crianças e adolescentes na condição de orfandade; cuidadores; mulheres usuárias do CAPS; idosos e turistas e povos originários.

Apesar de ser uma iniciativa nova, já é possível identificar as bases epistemológicas da extensão universitária pautada em valores de uma democracia utópica aplicadas à concepção das ACCS e dos Agentes. Como reforça Sampaio (2005), utopia esta aplicada à realidade, uma vez que, instituída enquanto política da instituição, busca perseguir o vir-a-ser da extensão. A partir de seu desenvolvimento e persistência nesse ideal, será possível verificar os efeitos dessa estratégia da UFC nos grupos destinatários e na formação discente.

4 Considerações finais

A participação social, enquanto prática e conceito, carrega tensões inerentes às contradições de uma sociedade capitalista, onde a promessa democrática de equidade se confronta com estruturas historicamente assimétricas. Nesse cenário, a educação popular e a extensão universitária assumem papel estratégico, ao promoverem práticas formativas e produção de conhecimento articuladas às demandas sociais, fortalecendo processos de emancipação e exercício da cidadania.

Apesar dos avanços normativos, a extensão ainda enfrenta desafios como a falta de financiamento estruturado, sua marginalização nos currículos, a desvalorização na carreira docente e a dificuldade de adequação aos modelos tradicionais de avaliação científica. Mesmo assim, docentes, técnicos e discentes seguem mobilizados na construção de projetos ético-



político-pedagógicos, como nas ACCS, que impulsionam a formação crítica, a autonomia, a criatividade e o compromisso social, reafirmando a extensão como motor de transformação social e fortalecimento da democracia.

A partir do conceito lançado e da estratégia da UFC apresentada aqui, é importante também escutar as pessoas com as quais a extensão dialoga a fim de compreender o potencial transformador da extensão universitária e se ou como a inserção curricular contribui para esse processo.

Referências

ALMEIDA, Débora Rezende de. Prefácio: dilemas e virtudes da institucionalização da participação. In: SILVA, Eduardo Moreira da; SOARES, Leonardo Barros (org.). **Experiências de Participação Institucionalizada**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2013. p.11-19.

BAZOLLI, João Aparecido. —Nós Propomos e a busca da inovação no campo da extensão universitária. In: BAZOLLI, João Aparecido et al (Orgs.). **A Extensão Universitária como Indutora à Cidadania**: a experiência do —Nós propomos. Palmas: EDUFT, 2017.

BAZZOLI, João Aparecido; SILVA, Maria da Vitoria Costa; SOUSA, Tatiana de Oliveira. Extensão universitária ferramenta de participação social não formal: contribuição de estudantes do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 71–96, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14727>. Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES Nº 608 de 03 de outubro de 2018. **Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira**. Brasília, DF: MEC, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551pces608-18/file>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CHAUÍ, Marilena, 2005. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 23-30.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: MEC/SeSU, 2012.



EXTENSÃO VIVA!

REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UECE



FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 7 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.57-76.

FUKUYAMA, Francis. **Ordem política e decadência política:** da Revolução Industrial à globalização da democracia. Rio de Janeiro: Rocco, 2018. [e-book].

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis Ribeiro. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da Extensão ante a estratégia 12.7 do PNE, 2015, Mar del Plata. **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 15., Anais eletrônicos...** Universidade Federal de Santa Catarina, 2015 Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136064> Acesso em: 18 maio 2024.

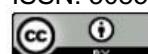
MARIA, Romero Galvão. Participação política e indicadores sociais: do debate teórico aos índices In: SILVA, Eduardo Moreira da; SOARES, Leonardo Barros (Orgs.). **Experiências de Participação Institucionalizada.** Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2013. p.132-162.

MARTINS, Eduarda Bernardo; BOEING, Carolina Holler da Silva. A história da participação popular e o controle social no Brasil: uma experiência de estágio em serviço social no setor público e não governamental. 2019. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade do Sul (UNISUL), Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/901d658a-c40b-4595-8c05-5c80694a06df>. Acesso em: 12 maio 2024.

MORONI, José Antônio. Agendas para a participação. In: SOUTO, A. L.; PAZ, R. D. (Orgs.). **Novas lentes sobre a participação:** utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

NUNES, Carine de Oliveira; ESPINOSA, Luciano Martin. Experiência do “Nós Propomos” no Centro de Ensino Médio Castro Alves. In: BAZOLLI, João Aparecido et al (Orgs.). **A Extensão Universitária como Indutora à Cidadania:** a experiência do —Nós propomos. Palmas: EDUFT, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de, 2005. O capital contra a democracia. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação.** São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 13-22.





EXTENSÃO VIVA!

REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UECE



PEREIRA, Lucas Batista. Extensão universitária e políticas públicas. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 1, n. 2, 2013.

RAMOS, Diná Andrade Lima; VILLELA, Lamounier Erthal; MAURY, Patrick Maurice. (2021). Extensão universitária: apoio à participação social para o desenvolvimento dos territórios rurais. **Revista NAU Social**, v.12, n.22, p. 564-577.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Participação popular. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 13-22.

SERVA, Fernanda Mesquita. **Educação Superior no Brasil**: um estudo sobre a política de curricularização da extensão universitária. 202 f. 2020. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2020.

SOUSA, A. S., Oliveira, S. O., Alves, L H. (2021). A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, 20(43), 64-83.

SZWAKO, José. Participar vale a pena, mas...: a democracia participativa brasileira vista pelas lentes da utopia. In: SOUTO, A. L.; PAZ, R. D. (orgs.). **Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

THIOLLENT, Michel. Construção do Conhecimento e Metodologia da Extensão. In: THIOLLENT, Michel; IMPERATORE, Simone; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos (Orgs.). **Extensão Universitária**: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba: CRV, 2022, 156p.

THIOLLENT, Michel; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos; IMPERATORE, Simone. Extensão universitária, concepções e reflexões metodológicas: um debate sempre atual. In: THIOLLENT, Michel; IMPERATORE, Simone; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos (orgs.). **Extensão Universitária**: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba: CRV, 2022, 156p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Edital de Ações Curriculares em Comunidades de Saberes (ACCS) 2024**. Edital nº 15/2023, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Fe-QvUnnvjyk6FT0gzVM13KZORAb5d0e/view>. Acesso em: 04 ago. 2024.

